

## Petrobras não prevê problema em discussão com União

Por André Ramalho | Do Rio

A reforma ministerial anunciada pelo presidente Michel Temer não deve atrapalhar as negociações em curso entre a União e Petrobras para revisão do contrato da cessão onerosa, disse ontem o presidente da estatal, Pedro Parente. O prazo para conclusão da comissão formada por representantes das duas partes, para discutir o assunto, se encerra na segunda quinzena de maio.

Assinado em 2010, o contrato da cessão onerosa concedeu à estatal o direito de produzir 5 bilhões de barris de petróleo, como parte do processo de capitalização que culminou no aumento da fatia da União no capital da Petrobras.

"Não vejo que teremos nenhum problema para a discussão da cessão onerosa. Não temos mudanças [no cronograma da discussão]... Na minha visão, pode até melhorar a garantia de que terminaremos [a renegociação] dentro do cronograma estabelecido", afirmou Parente a jornalistas ontem, em Londres, ao participar de evento promovido pela Embaixada do Brasil.

Ao ser questionado sobre o

assunto, o executivo explicou que o novo ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, já vinha atuando como "líder das negociações pelo governo" nas discussões sobre cessão onerosa. Destacou que o novo ministro de Minas e Energia, Moreira Franco, está "atento sobre tudo que está acontecendo".

Segundo Parente, Moreira Franco "é uma escolha muito boa. É uma pessoa próxima ao presidente Temer, ele vai continuar o que estava sendo feito pelo ex-ministro Fernando Coelho Filho".

A equipe dedicada a negociar a revisão do contrato é composta por membros dos ministérios do Planejamento, Fazenda e Minas e Energia. As três pastas passaram por mudanças, mas os integrantes da comissão foram mantidos: os novos ministros do Planejamento, Esteves Colnago, e da Fazenda, Eduardo Guardia, já faziam parte da comissão da cessão onerosa.

No Ministério de Minas e Energia, o novo secretário-executivo, Márcio Félix, estava envolvido nas negociações quando ainda era o secretário de Petróleo e Gás do ministério.

O contrato original da cessão

onerosa, de US\$ 42 bilhões, previa uma rodada de revisão dos parâmetros do negócio após a declaração de comercialidade das áreas (quando a descoberta tem viabilidade comercial atestada). Acontece que os preços do barril de petróleo oscilaram bastante desde então.

Na época da assinatura do contrato, o preço de referência de venda do barril estava próximo dos US\$ 80, mas em fins de 2014 (data da declaração de comercialidade da maioria dos campos) se encontrava abaixo de US\$ 60 o barril.

Parente foi questionado também sobre os riscos de interrupção do processo da reestruturação da companhia a partir do ano que vem, num novo governo. Segundo ele, no entanto, se a empresa conseguir cumprir suas metas previstas e entregar "bons resultados" este ano, "será difícil para as próximas administrações fazerem mudanças fortes" no comando da estatal.

Sobre uma possível privatização da Petrobras, Parente disse que, em sua opinião, essa discussão, neste momento, não contribuiria para que a petroleira "alcance suas metas".

## Alteração em medida sobre venda de petróleo desagrada governo

Por Vandson Lima | De Brasília

Vice-líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) apresentou uma importante mudança, que desagrada ao governo, no relatório da Medida Provisória 811, que permite a venda direta do petróleo extraído da camada do pré-sal em posse da União.

O novo texto permite a realização de leilões de contrato de longo prazo para refino do petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos da União, especificamente em novas unidades no Brasil, com o objetivo de ampliação da cadeia de refino e petroquímica.

"O governo resiste muito à possibilidade, entende que é melhor monetizar logo os recursos para compor o fundo, ao invés de adensar a cadeia de refino", afirma o relator. "Mas é uma manifestação muito forte aqui do parlamento e procuramos agasalhar."

Pré-candidato ao governo do Estado de Pernambuco, Bezerra é

pai do ex-ministro de Minas e Energia Fernando Coelho Filho, que deixou há poucos dias o cargo, no prazo de desincompatibilização para retornar à Câmara dos deputados e concorrer à reeleição.

"Trouxemos para o relatório emendas que revelavam a preocupação de o excedente de óleo ser processado no Brasil, ampliando nossa capacidade de refino e investimentos no setor petroquímico. Já importamos hoje mais de 650 mil barris de derivados de petróleo por dia. Como segurança estratégica nacional, é importante ampliar nossa capacidade de refino", disse o senador.

A receita com a comercialização do petróleo será destinada ao Fundo Social (FS), voltado à educação e saúde. O valor repassado é o deduzido de tributos e gastos com a comercialização. Outra mudança trazida no relatório, esta com aval do governo, prevê o pagamento do excedente em óleo da União possa ser feito não apenas em óleo bruto, mas também em dinheiro. "Essa sugestão foi do governo, no sentido de reduzir custos de comercialização

e resguardar o fundo social." Foi dado prazo até hoje para análise do parecer de Bezerra.

A comissão mista aprovou ontem parecer do senador Romero Jucá (MDB-RR) sobre a MP 817, que estabelece regras para incorporação de servidores de ex-territórios aos quadros da União.

A proposta abarca servidores que trabalharam nos ex-territórios de Rondônia, Roraima e Amapá entre 1988 e 1993. Regulamenta as emendas constitucionais 60, 79 e 98, que dispõem sobre as tabelas de salários, vencimentos, soldos e demais vantagens aplicáveis aos servidores civis, aos militares e aos empregados oriundos dos ex-territórios para reintegrar esses trabalhadores aos quadros da União.

Nos bastidores, a proposta é vista como um trunfo político de Jucá, líder do governo e que buscará a reeleição ao Senado este ano. Segundo o parecer, a incorporação custará pelo menos R\$ 3,5 bilhões aos cofres da União, montante já previsto no Orçamento.

## Governo decide manter meta de déficit primário de R\$ 139 bilhões para 2019

Por Ribamar Oliveira | De Brasília

Depois de um longo debate interno, no qual integrantes da equipe econômica defenderam uma redução do déficit primário para 2019, o governo decidiu manter a meta de déficit de R\$ 139 bilhões para o governo central (Tesouro, Previdência e Banco Central), informaram fontes credenciadas. A meta fará parte do projeto de lei de diretrizes orçamentárias (PLDO) para o próximo ano, que deve ser encaminhado amanhã ao Congresso.

O PLDO vai trazer um dispositivo permitindo que, na elaboração da proposta orçamentária para o próximo ano, o governo inclua um volume significativo de despesas condicionadas a uma receita, também condicionada, de operação de crédito especial. Essa foi a fórmula encontrada pela área técnica para cumprir a "regra de ouro".

A avaliação do governo foi que

uma eventual mudança na meta de 2019 tem que ficar para o próximo presidente. "Ele que terá condições de dizer qual política fiscal deseja para os próximos anos", disse uma fonte ao Valor.

O governo considerou que reduzir o déficit de 2019 poderia criar um obstáculo adicional ao próximo presidente, que enfrentará um cenário fiscal desafiador, tendo que enviar um projeto de lei de crédito especial para cumprir a "regra de ouro" no primeiro ano de seu governo e tendo que decidir se, e como, cumprirá o teto de gastos.

O novo ministro do Planejamento, Esteves Colnago, disse ontem que o governo será "prudente" na definição da meta. "É importante que novo presidente tenha números respaldados. Não podemos criar a ele desafio que não se justifique".

Pesou também na decisão o comportamento da receita tributária, ainda imprevisível. Como existe um teto para as despesas, a receita

adicional que for obtida será usada para reduzir a previsão de déficit, independentemente da mudança da meta de 2019. "A rigor, não há necessidade de mudar a meta para reduzir o déficit. Basta que a receita seja maior que a projetada", explicou uma fonte.

A solução para a "regra de ouro", que constará do PLDO, foi apresentada ao Tribunal de Contas da União (TCU). Nas conversas, o governo deixou claro que, se o TCU tivesse alternativa melhor, seria adotada.

Pela Constituição, o governo não pode se endividar para pagar gastos com custeio, como salários de servidores. Só com investimentos. O dispositivo foi chamado de "regra de ouro". O PLDO trará um dispositivo dizendo que parte das despesas ficará condicionada à receita a ser obtida com a emissão de títulos públicos, em 2019. (colaboraram Fábio Pupo e Edna Simão)

## **Estado não poderá ser motor do desenvolvimento, diz Colnago**

Por Edna Simão e Fábio Pupo | De Brasília

O novo ministro do Planejamento, Esteves Colnago, assumiu o cargo com um discurso de continuidade em meio às mudanças de comando na equipe econômica. Ele ressaltou as restrições fiscais do país e disse que o Estado "não terá condições de ser o motor" do desenvolvimento nos próximos anos.

Em seu primeiro discurso após tomar posse, Colnago disse que "o desafio que se apresenta não é pequeno". Segundo ele, nos próximos três anos o setor público não vai poder ser "o motor" do crescimento e por isso são necessárias medidas que deem mais segurança para investimentos da iniciativa privada. "O país deve demorar três anos para voltar a ter superávit primário. Nos próximos três anos, o setor público não vai poder ser o motor do crescimento. Ele vai precisar que a iniciativa privada faça isso", disse.

Para Colnago, o país precisa "resgatar a capacidade de planejar". Para isso, anunciou que no início de maio o Planejamento colocará em consulta pública uma proposta de estratégia nacional de desenvolvimento econômico e social voltada aos próximos 12 anos. "Precisamos sair da armadilha de sempre estar apagando incêndios. Órgãos públicos precisam ter mais noção de prioridade", disse ele.

Segundo ele, o ministério vai usar estudos do BNDES, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) para elaborar uma proposta e colocá-la em audiência pública. Segundo ele, a ideia é receber sugestões de mercado para construir a proposta de desenvolvimento de longo prazo. Em um ano eleitoral, por exemplo, esse plano poderá ajudar nos programas de governos do próximo presidente. "Não vai ser um plano perfeito. Sempre vai ter críticas, mas vai ser tentativa de pensar no longo prazo", ressaltou.

Apesar dos desafios, Colnago ressaltou a importância do ambiente mais favorável - em especial pela queda dos juros no país. Diante das taxas mais baixas, ele acredita que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES) terá que se reinventar e se aproximar do setor privado - não para competir, mas para "cooperar". "A taxa de juros que tem hoje não permite ou dificulta que ele seja um 'player' que o mercado busque", explicou.

O ministro criticou também gastos desnecessários da União. Como exemplo, disse que a União tem 650 mil unidades na carteira de imóveis e, mesmo assim, gasta mais de R\$ 1,2 bilhão de aluguel por ano. "Temos enorme dificuldade de reduzir burocracias e demandas desnecessárias. Precisamos rever isso e temos conjunto de medidas mapeadas pela frente", disse.

Colnago também anunciou as mudanças na equipe da pasta. A principal delas é o nome de Gleisson Cardoso Rubin, antes secretário de





Gestão, que será secretário-executivo. No lugar de Rubin na Secretaria de Gestão ficará Antônio Paulo Vogel de Medeiros, antes assessor do Ministério. Já o nomeado para estar à frente da secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação é Luis Felipe Salin Monteiro, antes secretário-adjunto.

No lugar de Colnago como presidente do conselho de administração do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ficará Walter Baere, consultor jurídico do Ministério desde 2012.

Na posse também estava presente o ex-ministro Dyogo, que assumiu a presidência do BNDES. Pela hierarquia, a situação se inverteu - Dyogo, ex-chefe de Colnago,

passará a prestar contas sobre o desempenho do banco para o atual ministro.

Dyogo afirmou que seu sucessor assume o cargo em um momento "complicado" por causa das eleições. Segundo ele, não será uma tarefa "simples e fácil". "Esteves recebe encargo de conduzir o Planejamento em momento complicado e pré-eleitoral. Não será uma tarefa simples e fácil, mas confiamos nele", disse.

Dentre os desafios enumerados por Dyogo, está a solução para a regra de ouro das contas públicas - que impede um nível de endividamento acima das despesas de capital (principalmente investimentos).

## A visão de Guardia

COM MARCELO LOUREIRO

O novo ministro da Fazenda Eduardo Guardia garantiu que fará tudo para que a privatização da Eletrobras aconteça este ano. Disse também que o orçamento, cuja LDO será entregue nos próximos dias ao Congresso, irá com um pedido de crédito extraordinário para não romper a regra de ouro. Toda a equipe do Ministério, que estava com Meirelles, permanecerá. Foi o que ele me contou ontem logo após a posse.

Em entrevista ao meu programa na Globo-News, Guardia explicou como pretende cumprir a regra de ouro em 2019. — Nós vamos entregar um orçamento compatível com a regra de ouro. Ela diz que não se pode usar operações de crédito para financiar despesas correntes. Há uma prerrogativa na própria Constituição que permite o uso de um crédito extraordinário para não se quebrar a regra. Usaremos esse dispositivo — disse Guardia. O assunto foi tratado com o TCU. Ele usou a palavra “continuidade” para definir a sua gestão inicialmente prevista para ser curta, de nove meses apenas, e afirma que essa equipe, da qual fazia parte como secretário-executivo, tirou o país da

crise da inflação alta, recessão. — É importante dar continuidade a todas as conquistas que nós já tivemos. Iniciamos com o país em uma situação de extrema gravidade. A maior crise que todos nós já vivenciamos. Economia em retração, inflação alta e taxa de juros alta.

Agora, temos expectativa de crescimento de 3%, a inflação está ancorada nas reformas estruturais e os juros caíram. De fato, a inflação e juros caíram e o país está crescendo, mas lentamente. A previsão do mercado para o PIB do ano está em 2,8%. Na inflação, há muito a comemorar. Foi a menor taxa para março desde o começo do real. O acumulado de 12 meses ficou em 2,68%, bem abaixo do piso da meta, permitindo nova queda de juros. Neste início do ano, em que o índice ficou em 0,7% na soma dos três meses, a agricultura foi novamente a protagonista. A previsão para a safra de grãos só não é maior que a colheita do ano passado. Na semana passada, eu entrevistei o novo presidente do BNDES, Dyogo Oliveira, e ele disse que a taxa baixa de inflação, e a consequente baixa de taxa de juros, é o “novo normal da economia”. O problema continua sendo o fiscal. O desequilíbrio permanece. Na visão de Guardia isso está sendo enfrentado com a lei de teto de gastos.

— A gente ainda tem déficit primário, mas hoje existe a confiança de que o país está no rumo certo. Houve resistência ao nome de Guardia dentro do MDB porque ele é considerado tucano. Trabalhou em vários postos no Ministério da Fazenda na gestão de Pedro Malan e depois foi secretário de Fazenda do governador Geraldo Alckmin. Perguntei sobre isso a ele, e Guardia respondeu que tem orgulho de ter participado dos governos de FH e Alckmin. Como tem também orgulho de estar no atual governo. — Nunca tive filiação política, sou um técnico que transita tanto no setor público quanto no privado. Estou aqui com uma equipe de alta qualidade para continuar o trabalho do ministro Meirelles. A minha posição não é partidária, tenho compromisso com o que estamos fazendo porque acho que é o melhor para o país. O resultado do trabalho da atual equipe, que ele passa a comandar, é de vários sucessos, como a queda da inflação, que permitiu a redução dos juros, e o fim da recessão. Mas o desemprego permanece alto e não há confiança de que o número comece a ser alterado agora.

Há várias questões fiscais pendentes. E muitas dúvidas sobre os rumos. Uma delas é em relação à Eletrobras, mas ele garantiu que tudo será feito para que a empresa seja





vendida este ano. — É um compromisso nosso. E é absolutamente necessário e cabe ao governo retomar a discussão com o Congresso e mostrar a importância desse processo. Este ano a economia pode enfrentar volatilidades pela incerteza eleitoral, mas Guardia disse que tem “experiência em transições políticas”. Uma delas foi a passagem do governo FHC para o governo Lula em 2002, quando ele era secretário do Tesouro. — Períodos de eleição, no Brasil e em outros países, são mais tensos, exigem maior atenção. A melhor resposta que a gente pode dar é a disciplina fiscal. O problema é que o Congresso tem derrubado propostas de ajustes e criado despesas. Este será, até o fim, um ano difícil na economia.

## Caminho mais difícil



**Opção.** O presidente Michel Temer cumprimenta Moreira Franco ao empossá-lo na pasta de Minas e Energia, no que foi visto como uma tentativa de manter o foro privilegiado do aliado

*Para presidente da Câmara, nomeação de Moreira Franco atrapalha privatização da Eletrobras*

MANOEL VENTURA,  
BÁRBARA NASCIMENTO  
E RAMONA ORDOÑEZ

BRASÍLIA, RIO E SÃO PAULO- O projeto do governo para privatizar a Eletrobras deve ter o andamento prejudicado na Câmara com a ida de Moreira Franco para o Ministério de Minas e Energia. Em reunião com aliados ontem, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou que o governo escolheu para a pasta um

nome que “não tem boa articulação” no Congresso. As considerações de Maia, que foram levadas ao ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun, se somaram ao mau humor do mercado com as mudanças na pasta, cuja área técnica sofreu uma debandada desde que Moreira foi anunciado como novo titular. — Sou a favor e vou trabalhar a favor (da privatização). Disse apenas que o novo ministro não tem boa articulação aqui. Eu continuo, quase que solitário, trabalhando a favor do projeto da Eletrobras. Disse (ao Marun) que o governo tinha colocado um ministro com pouco trânsito na casa para pautar — afirmou Rodrigo Maia ao GLOBO.

O mercado também recebeu mal a notícia da ida de Moreira para Minas e Energia e, principalmente, as mudanças na equipe técnica do ministério.

O secretário-executivo, Paulo Pedrosa, renunciou na semana passada, e o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Luiz Augusto Barroso, na segunda-feira. Junto a eles, saem assessores técnicos que integravam suas equipes — tidas como referências por executivos e analistas do setor. O presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Júnior, foi confirmado no cargo. A nomeação de Moreira foi interpretada como uma forma de o







presidente Michel Temer manter o foro privilegiado de um de seus principais auxiliares, que é investigado na Operação Lava-Jato. Em uma tentativa de acalmar os investidores e sinalizar continuidade na política do ministério, Moreira decidiu promover o engenheiro Márcio Félix ao cargo de secretário-executivo, número dois e post-chave na pasta. Antes secretário de Petróleo e Gás, ele foi o articulador da retomada dos leilões do setor e disse que a prioridade do ministério será a privatização da Eletrobras.

#### ‘ESPERO QUE PRESIDENTE DA CÂMARA ME AJUDE’

As mudanças em Minas e Energia ocorreram após a saída de Fernando Coelho Filho, que disputará as eleições em Pernambuco. Ele é próximo ao presidente da Câmara e se filiou ao DEM na semana passada. Por isso, a avaliação de um dos presentes na reunião de líderes ontem é que não há disposição neste momento, por parte de Maia, para tocar o projeto de privatização. Ao GLOBO, Maia disse que não deixará de pautar, mas criticou a articulação política: — Não deixarei (de pautar), mas a articulação está ruim. Ontem, as ações ordinárias da Eletrobras voltaram a subir e fecharam em alta de 3,59%. Mas, desde sexta-feira, ainda acumulam queda de 14,89% com a expectativa de mudança no comando da pasta e sua confirmação. Segundo Raphael Figueredo, analista da Eleven Financial, os investidores esperavam algum avanço na privatização. Como isso não ocorreu, a expectativa do analista é que os papéis voltem a cair. Ontem, a Bolsa encerrou em alta de

1,44% com melhora no cenário interno, e o dólar recuou 0,23%, fechando em R\$ 3,413.

O presidente da Câmara não compareceu ontem à posse, no Palácio do Planalto, de Moreira e outros nove ministros. Maia é casado com a enteada de Moreira, mas ambos têm tido rusgas. A privatização da Eletrobras é um dos principais projetos do governo federal para este ano. O Executivo conta com uma arrecadação de pelo menos R\$ 12,2 bilhões decorrentes da operação. Procurado, Moreira disse esperar a contribuição de Maia para aprovar a privatização: — Eu espero que o presidente da Câmara me ajude, já que ele avalia como muito limitado o meu trânsito. Com isso, vamos juntos fazer com que o projeto de capitalização da Eletrobras, que é tão importante para o Brasil, seja aprovado. Instalada há quase um mês, a comissão especial que analisa o projeto não avança. Até agora, foram realizadas quatro reuniões, todas marcadas pela resistência de deputados da oposição. Outras três agendadas foram canceladas. Nem sequer o plano de trabalho foi aprovado até agora.

#### RELATOR COBRA APOIO DOS GOVERNISTAS

Para a reunião de ontem também estava prevista a votação de requerimentos, primeiro passo para o início efetivo dos trabalhos, mas nenhum deles foi votado. O relator do projeto de privatização, deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), já avisou que pretende pedir urgência para a proposta, para levar a

discussão diretamente ao plenário da Câmara. Para aprová-la, o governo precisa de maioria simples. O relator reclama da baixa presença de deputados governistas na comissão, enquanto a oposição obstrui os trabalhos. — O debate está morrendo e não é por culpa da oposição. A base do governo está acomodada e não veio debater a matéria — afirmou. Ontem, Moreira se encontrou com o presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Júnior, para confirmar sua continuidade à frente da estatal e discutir a privatização da empresa. Segundo Ferreira, Moreira disse que pretende intensificar a articulação com o Congresso para aprovar no primeiro semestre o projeto que autoriza a venda do controle da empresa.

Ferreira disse que Moreira também quer promover um alinhamento entre o BNDES e a Eletrobras para acelerar a contratação de serviços para preparar a estatal para desestatização, como a separação de Eletronuclear e Itaipu, as melhorias no estatuto da empresa, entre outros. Ferreira vai continuar a comandar não só a privatização da estatal, mas também a das seis subsidiárias distribuidoras de energia no Norte e no Nordeste e a venda da participações acionárias em várias outras empresas. Com as dificuldades apontadas na privatização, Maia já decidiu quais pautas econômicas terão prioridade na Câmara. Ele abraçou, principalmente, os projetos encabeçados pelo Banco Central, como a ampliação da autonomia do BC, da criação de depósitos voluntários e do registro da duplicata





eletrônica.

O discurso de Maia é apoiar projetos que melhorem o ambiente econômico. Pautas de cunho fiscal, como a reoneração da folha de pagamentos, ficam prejudicadas. Por enquanto, dois itens estão na linha de frente das negociações. Ontem, ficou acertada a votação do projeto que amplia o cadastro positivo. A autonomia do Banco Central precisa ainda de maior negociação. Também está na lista de projetos que devem andar na Câmara o que muda a relação entre Tesouro Nacional e Banco Central, alterando a forma como os lucros auferidos em operações cambiais são contabilizados pelo Tesouro.

## **Opinião : INTERESSES**

*É TARDIA a decisão da venda da Infraero, porque sempre houve muita resistência em se desfazer deste amplo cabide de empregos à disposição de políticos. Além da oposição ideológica a privatizações nos 12 anos de governos petistas.*

*FONTE DE martírio dos usuários de aeroportos, a Infraero tem estado sob controle do PR, de Valdemar Costa Neto, ex-deputado e expresidente mensalheiro, opositor da privatização do Santos Dumont e de Congonhas para não reduzir as receitas da estatal.*

*É PRECISO saber como esses interesses serão acomodados.*

## Risco orçamentário

Conveniências eleitorais e o enfraquecimento político do presidente Michel Temer (MDB) vão contribuir sobremaneira para reduzir a arrecadação federal, neste e nos próximos anos.

O Planalto dependia de deputados e senadores para seus objetivos de receita, mas as propostas têm sido barradas pelo Congresso nas últimas semanas —entre elas, medidas provisórias que deixaram de vigorar ao atingirem o prazo de 120 dias sem votação.

Os políticos cedem a grupos de pressão, sem oferecer alternativas para as carências do caixa do Tesouro Nacional. O governo, em busca de apoio para a eleição ou mesmo para impedir novas investidas da Justiça contra Temer, tolera as estripulias parlamentares.

Os movimentos parecem encorajados por uma folga momentânea e ilusória no Orçamento. A despeito do teto inscrito na Constituição para as despesas, existe margem para um aumento neste ano, dado que os desembolsos ficaram abaixo do permitido em 2017.

Há também uma melhora da arrecadação tributária, que deve permitir o cumprimento da meta para o saldo das contas federais.

Convém recordar, porém, que tal meta nada tem de ambiciosa: busca-se um déficit descomunal de R\$ 159 bilhões, sem incluir no cálculo os gastos com juros.

Dito de outro modo, Executivo e Legislativo

desperdiçam a oportunidade de obter um resultado menos ruim —e elevam os riscos para a próxima administração.

É particularmente lamentável que tenham caducado duas medidas provisórias de objetivos, sem dúvida, corretos: a MP 805, que adia reajustes salariais e subia de 11% para 14% a contribuição previdenciária dos servidores, e a 806, que elevava a tributação de fundos de grandes investidores.

Além disso, congressistas derrubaram vetos presidenciais em leis de refinanciamento de dívidas, casos dos débitos previdenciários de ruralistas e de pequenas empresas. Por fim, o intento de reverter parte da desoneração da folha de pagamento das empresas não tem futuro promissor.

Decerto que é tarefa do Congresso considerar reivindicações da sociedade, que pode ter motivos justos para reagir às investidas do fisco. Entretanto deputados e senadores precisam responder, tanto quanto o Executivo, pela precária situação orçamentária do país.

Não fosse o bastante, o Planalto estuda ainda a liberação de crédito da Caixa Econômica Federal que elevaria os gastos dos estados.

A coalizão governista fugiu da responsabilidade de atacar o principal problema, o previdenciário. Agora, nem mesmo remédios emergenciais são considerados.

## Márcio França inicia trocas no secretariado

**Candidato à reeleição busca tirar nomes ligados aos tucanos; áreas sensíveis devem demorar um pouco mais**

JOELMIR TAVARES  
DE SÃO PAULO

O governador Márcio França (PSB) começou a fazer nesta terça-feira (10), em seu quinto dia à frente do Palácio dos Bandeirantes, mudanças no secretariado.

Para a pasta de Planejamento e Gestão, ele nomeou o jornalista Mauricio Pinto Pereira Juvenal, seu ex-assessor e aliado antigo, que entrou no lugar de Marcos Antônio Monteiro. Juvenal também está respondendo interinamente pela Casa Civil.

Outro jornalista que trabalha com França há anos, Cló-

vis Vasconcellos foi para a subsecretaria de Comunicação Social. Ele era assessor de imprensa do socialista no período dele como vice-governador e fica com a cadeira do jornalista Carlos Graieb, já exonerado.

Na Agricultura e Abastecimento, assumiu provisoriamente Omar Cassin Neto, que era até então o chefe de gabinete. A secretaria era liderada por Amaldo Jardim, que voltou a exercer o mandato de deputado federal e tentará a reeleição.

Outras secretarias estão indefinidas após a exoneração de titulares por causa das eleições. São os casos, por exemplo, de Casa Civil (de onde saiu o tucano Samuel Moreira), Desenvolvimento Social (até a semana passada chefiada pelo tucano Flórino Pesaro) e Cultura (que estava nas mãos de José Luiz

Penna, do PV).

Para a Procuradoria-Geral do Estado, o novo governador escolheu Juan Francisco Carpenter, em substituição a José Renato Ferreira Pires. Desde 2015, Carpenter era subsecretário de Ações Estratégicas, lotado na Secretaria de Governo.

Outras mudanças são esperadas para os próximos dias. O plano de França é fazer as nomeações aos poucos. Até a noite desta terça-feira, não havia previsão de evento para anunciar outros secretários.

O socialista quer tentar a reeleição e está costurando uma rede de apoios que já inclui dez legendas. Ele diz que as decisões sobre o secretariado não estarão atreladas aos acordos partidários.

Desde antes de assumir o governo, França já vinha deixando claro que trocava os





secretários que não o apoiassem, ou que fossem fazer campanha para seu principal adversário, o ex-prefeito tucano João Doria.

### PASTAS SENSÍVEIS

Titular de uma das secretarias mais importantes, a de Segurança Pública, Márgino Alves Barbosa desconversou nesta terça ao ser questionado pela **Folha** sobre sua permanência. Disse que a decisão é unicamente do governador.

Saúde, Educação e Fazenda também são consideradas áreas sensíveis para a gestão.

O governo paulista tem no total 25 secretarias.

França, inclusive, ocupa uma delas, a de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação —onde agora terá que colocar um substituto, já que não conseguirá acumular os cargos.

## TROCAS NO GOVERNO DE SP

Alterações na gestão Márcio França da equipe herdada de Geraldo Alckmin

→ Entra

← Sai



### Secretaria de Planejamento e Gestão

→ Mauricio Pinto Pereira Juvenal

← Marcos Antônio Monteiro



### Agricultura

→ Omar Cassin Neto

← Arnaldo Jardim



### Procuradoria-Geral do Estado

→ Juan Francisco Carpenter

← José Renato Ferreira Pires



### Subsecretaria da Comunicação Social

→ Clóvis Vasconcellos

← Carlos Graieb

## As ilusões perigosas

ALEXANDRE SCHWARTSMAN

ALERTEI NOVAMENTE na semana passada sobre as perspectivas complicadas para as contas públicas nos próximos anos caso não avancemos com reformas que reduzam o grau de rigidez dos Orçamentos.

Soa repetitivo, sei, mas, dado que ninguém parece querer tratar do assunto e não falta quem negue a existência do problema, fazer o quê?

Há, porém, os que, embora de acordo acerca do mau estado das finanças públicas, acreditam que haverá concerto, independentemente de quem for eleito em 2018.

O exemplo, frequentemente citado, é o comportamento observado no primeiro governo Lula, quando, apesar de retórica em contrário (em 2001, é bom lembrar, o PT apoiou um referendo sobre o não pagamento da dívida), houve aprofundamento do ajuste fiscal.

Naquele momento, a despesa federal caiu de R\$ 614 bilhões em 2002 para R\$ 590 bilhões em 2003 (a preços de hoje), e o superávit primário do setor público se manteve até 2008 na casa de 3,5% do PIB.

É um bom argumento, mas acredito que não se aplica às condições atuais. Em primeiro lugar

porque o problema fiscal não era tão agudo. Entre 1999 e 2002, por exemplo, o superávit primário médio já superava 3% do PIB. Não havia, pois, necessidade premente de um ajuste considerável. Assim, por mais que uns e outros esperneassem, o esforço fiscal adicional foi relativamente modesto comparado ao que se acredita ser necessário hoje.

Em segundo lugar, porque as condições políticas não poderiam ser mais distintas. Em que pese a ambiguidade da “Carta ao Povo Brasileiro”, o desempenho fiscal no primeiro governo Lula não foi percebido como afronta ao que foi dito na campanha, a não ser, é claro, pelos economistas do PT, devidamente excluídos (ainda bem!) da tarefa de gerir a política econômica naquele momento (quando assumiram, nos colocaram na pior recessão dos últimos 40 anos).

Já a experiência do segundo governo Dilma não poderia ser mais ilustrativa. Depois de negar, anos a fio, a existência de problemas e sugerir, durante a campanha, que banqueiros roubariam a comida dos pobres, a ex-presidente colocou como ministro da Fazenda um vice-presidente de um dos maiores bancos privados dopais (e apenas porque o

presidente do dito banco recusou o convite) e tentou, de forma desastrosa, reverter o rumo de sua (não menos desastrosa) política econômica.

O fracasso veio daí, não de “pautas-bomba”, o atual mimimi dos responsáveis pelo fiasco. A começar porque seu próprio partido jamais apoiou a iniciativa; ao contrário, quando não se omitiu, simplesmente a sabotou. E também porque a população, ao perceber o logro de que fora vítima, se mostrou indignada: a popularidade do governo, que superava 40% no fim de 2014, despencou para menos de 10% seis meses depois.

A perda de apoio no Congresso (e, portanto, sua incapacidade para avançar a pauta de reformas) resultou desses processos.

À luz da história recente, a crença de que um governo pode se eleger omitindo o que pretende fazer para, uma vez no poder, aprovar medidas complexas e impopulares me parece um claro caso de esperança ilusória (*wishful thinking*).

Reformas não serão aprovadas por quem não as defender na eleição, e tentativas em contrário podem nos levar a crises políticas tão graves quanto vivemos em 2015-16.

## Guardia e equipe evitam posse no Planejamento

Corpo técnico dos dois ministérios se ‘estranhou’ durante a formação do novo time que vai comandar a economia com saída de Meirelles

Adriana Fernandes  
Lu Aiko Otta

A cerimônia de transmissão de cargo do novo ministro do Planejamento, Esteves Colnago, foi marcada pelo mal-estar provocado pela ausência do novo ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, e do primeiro escalão do “dream team”, como ficou conhecida a equipe montada pelo ex-ministro Henrique Meirelles.

O constrangimento é reflexo do estranhamento do corpo técnico dos dois ministérios, que marcou o período de negociação da nova equipe econômica com a saída de Meirelles do cargo para se candidatar nas próximas eleições. A mudança provocou uma troca de cadeiras com a ida de Dyogo Oliveira para a presidência do BNDES.

É praxe em períodos de troca ministerial a presença dos colegas

nas cerimônias de transmissão de cargo, que sempre acontecem depois da posse no Planalto. A ausência dos secretários, que têm que trabalhar em parceria, não passou despercebida na cerimônia entre os técnicos do Planejamento. Em cerimônia realizada no Palácio do Planalto, o presidente Michel Temer deu posse a dez ministros (do total de 29).

As mudanças ocorrem devido à exigência da lei eleitoral que obriga aos candidatos no pleito de outubro que deixem os cargos com seis meses de antecedência. Sete dos dois ministros ocupavam secretarias nos respectivos órgãos. Guardia terá hoje a sua cerimônia de posse no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) e Esteves deve comparecer.

Durante as negociações para a reforma ministerial, as equipes do Planejamento e da Fazenda se estranharam depois que foi divulgado que Oliveira estava cotado para o cargo de ministro da Fazenda. Notícias de que o time de secretários Fazenda iria abandonar os cargos ampliou o desgaste. A Fazenda não comentou

o fato de seus membros não irem à cerimônia.

Eleições.

Emocionado, com a voz embargada, Colnago fez um discurso de defesa do ajuste fiscal e antecipou que o Planejamento elaborará, junto com o BNDES, uma proposta que vai discutir o Brasil que se deseja para 2030. Será um plano estratégico de 12 anos, feito a pedido do presidente Michel Temer.

Na primeira entrevista como ministro, Colnago não quis antecipar como o governo vai atuar para compensar a perda de receitas e aumento de gastos depois dos vetos presidenciais derrubados na semana passada e o fim de validade da medida provisória que adiava o reajuste dos servidores e elevação da alíquota da contribuição dos servidores públicos federais.

Segundo o novo titular do Planejamento, o governo vai tomar as medidas necessárias para garantir o equilíbrio fiscal.

CONJUNTURA »**Afagos à base aliada e elogios a Meirelles**

Temer, com o novo ministro da Fazenda, Eduardo Guardia: meta de déficit fiscal em 2019 será de R\$ 129 bilhões

Ao empossar 10 novos integrantes do ministério, o presidente enaltece o trabalho do ex-ministro da Fazenda, que disputa a cabeça de chapa do MDB para a eleições presidenciais. Nova equipe econômica encaminhará LDO ao Congresso nesta semana

» ROSANA HESSEL  
» RODOLFO COSTA

Ao empossar 10 novos ministros ontem, o presidente Michel Temer procurou prestigiar a base aliada e fortalecer o MDB para as eleições deste ano, além de reforçar o papel político do ex-ministro da Fazenda,

Henrique Meirelles. Recém-filiado ao partido, o ex-chefe da equipe econômica é pré-candidato da legenda para concorrer à Presidência da República em outubro, assim como Temer. Ao discursar na solenidade de posse, no Palácio do Planalto, o presidente enfatizou a recuperação da economia e não poupou elogios a Meirelles. “Você nos deixa como um dos melhores ministros da Fazenda que o Brasil já teve”, afirmou.

Durante a cerimônia de transferência de cargo, o novo ministro do Planejamento, Esteves Colnago, afirmou que o governo apoiará a mudança de estratégia do BNDES, que passará a buscar

clientes no mercado com taxas bastante similares às dos bancos privados. “O BNDES vai ter que se reinventar e se aproximar do setor privado, não para competir, mas para cooperar”, disse.

Servidor de carreira, Colnago reconheceu que o desafio que terá pela frente não é pequeno, porque as contas públicas terão déficits primários por mais três anos. “Temos uma economia em recuperação, em um ambiente em que a situação fiscal do governo federal e de vários estados e municípios é muito frágil”, advertiu.

Na avaliação do economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale, a atual equipe econômica manterá o nível de qualidade da anterior. “Espero avanços na privatização da Eletrobras e nas medidas no Congresso, especialmente o cadastro positivo. Mas, pelo menos até o fim do ano, estamos garantidos, sem riscos na economia”, afirmou.

Dentro do governo, a avaliação é a de que, das 15 medidas consideradas prioritárias pela equipe econômica, anunciadas após a confirmação do adiamento da reforma da Previdência, apenas três têm chances de avançar: a regulamentação do teto do funcionalismo, a liberação dos R\$ 26 bilhões do Fundo Soberano e a privatização da Eletrobras. Esta







última, terá como principal defensor o novo ministro de Minas e Energia, Moreira Franco, ex-secretário-geral da Presidência.

Como os novos ministros da área econômica, com exceção de Moreira Franco, possuem perfis técnicos, especialistas acreditam que eles dificilmente conseguirão negociar as pautas econômicas mais espinhosas com o Congresso, como a reoneração da folha de pagamentos e o congelamento dos salários dos servidores. Portanto, caberá a eles cumprir a agenda mais burocrática, como encaminhar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2019 ao Congresso ainda nesta semana. A LDO deve definir a meta fiscal do próximo ano, que será de déficit de R\$ 129 bilhões, segundo integrantes da equipe econômica.

Fontes próximas ao Planalto avaliam que, com a reforma, Temer privilegiou o PP, que saiu mais fortalecido após o fechamento da janela partidária na última sexta-feira. A legenda ficou com dois ministérios (Saúde e Cidades) e manteve um indicado na presidência da Caixa Econômica Federal.

Na área econômica, o presidente agiu de forma conciliadora no cabo de guerra entre Fazenda e Planejamento, reduto do ex-ministro

e senador Romero Jucá (MDB-RR), que articulava para que o então titular da pasta, Dyogo Oliveira, fosse para a Fazenda. Meirelles, por sua vez, tinha um indicado para a Fazenda, o secretário executivo, Eduardo Guardia, e outro para o Planejamento, o secretário de Acompanhamento Fiscal, Mansueto Almeida, caso Oliveira aceitasse presidir o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Diante do impasse e de protestos de técnicos dos dois ministérios, Temer preferiu deixar cada um mandando em seu terreno. Ele agradou ao ex-ministro da Fazenda nomeando Guardia para substituí-lo. E também contentou Jucá ao nomear Oliveira como presidente do BNDES e alçar Esteves Colnago da secretaria executiva para o comando da pasta.

### **Campanhas separadas**

Após o evento, Meirelles informou que, a partir de hoje, ele e Temer passam a fazer campanhas separadas para a chapa dentro do partido. “Amanhã (hoje), estarei em Rio Verde, Goiás, em uma feira do agronegócio. Na sexta-feira, vou ao interior de São Paulo. Estamos fechando a agenda da semana que vem. Tinha alguns compromissos no exterior, mas vou a um evento do

Banco Santander em São Paulo”, disse o ex-ministro. O próximo item da agenda é uma viagem a Recife.

De acordo com Meirelles, ele e Temer estão em sintonia. “Trabalhamos juntos por quase dois anos e acredito que estamos bem sintonizados e na direção certa”, afirmou. Em relação ao sucessor, disse esperar que Eduardo Guardia dê sequência ao trabalho iniciado em sua gestão. “Guardia tem tudo para continuar o que fizemos nesse período”, completou.

### **Irã quer cooperação**

O ministro das Relações Exteriores do Irã, Mohammad Javed Zarif, destacou a necessidade de definir novos pontos de cooperação com o Brasil. “O mais importante é uma relação de segurança bancária. Nos últimos dois anos, estabelecemos bom contato com o Brasil para estabelecer certas relações, mas ainda não chegamos ao nível desejado. Precisamos que os dois governos ajudem o setor privado por meio de facilidades bancárias”, disse. Zarif participou ontem do Seminário sobre as Relações Econômicas e Comerciais Brasil-Irã, na Confederação Nacional da Indústria (CNI).





## Dança das cadeiras

A Esplanada dos Ministérios passa, agora, a contar com 10 novos ministros



### DESENVOLVIMENTO SOCIAL: Alberto Beltrame

**Substitui:** deputado federal Osmar Terra (MDS-RS)  
**Deixa o cargo de:** secretário executivo da pasta

### EDUCAÇÃO: Rossieli Soares da Silva

**Substitui:** deputado federal Mendonça Filho (DEM-PE)  
**Deixa o cargo de:** secretária de Educação Básica da pasta

### ESPORTE: Leandro Cruz Fróes da Silva

**Substitui:** deputado federal Leonardo Picciani (MDB-RJ)  
**Deixa o cargo de:** Secretário Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social da pasta

### FAZENDA: Eduardo Guardia

**Substitui:** pré-candidato governista à Presidência da República Henrique Meirelles (MDB)  
**Deixa o cargo de:** secretário executivo da pasta

### INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR: Marcos Jorge

**Substitui:** ninguém  
Ele era ministro interino e foi efetivado

### INTEGRAÇÃO NACIONAL: Antônio de Pádua de Deus

**Substitui:** Heider Barbalho (MDB-PA)  
**Deixa o cargo de:** secretário de Infraestrutura Hídrica da pasta

### MINAS E ENERGIA: Moreira Franco

**Substitui:** deputado federal Fernando Coelho Filho (MDB-PE)  
**Deixa o cargo de:** ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República

### PLANEJAMENTO: Esteves Colnago

**Substitui:** Dyogo Oliveira, atualmente presidente do BNDES  
**Deixa o cargo de:** secretário executivo da pasta

### TRABALHO: Helton Yomura

**Substitui:** cargo com interino desde que Cristine Brasil (PTB-RJ) não emplacou  
Ele era ministro interino e foi efetivado

### TURISMO: Vinicius Lummertz

**Substitui:** deputado federal Marx Beltrão (MDB-AL)  
**Deixa o cargo de:** presidente do Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur)

### O QUE JÁ HAVIA SIDO DEFINIDO

#### SAÚDE: Gilberto Occhi

**Substituiu:** deputado federal Ricardo Barros (PP-PR)

#### TRANSPORTES: Valter Casimiro

**Substituiu:** deputado federal Maurício Quintella (PR-AL)

### O QUE FALTA DEFINIR

#### SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Sem Moreira Franco, o governo ainda define quem colocar no lugar. Expectativa é de que seja uma pessoa muito próxima do emedebista

#### MEIO AMBIENTE

O governo ainda estuda que nome indicar para a pasta. A bancada ruralista reivindica um nome. O Palácio do Planalto ainda não bateu o martelo, mas a expectativa é de que o sucessor seja um parlamentar

## SERVIÇO PÚBLICO »

# Infraero pode ser vendida

Resultado da empresa em 2017 mostra prejuízo de R\$ 1,8 bilhão, mais do que o dobro das perdas do ano anterior. Em nota, estatal nega privatização, mas admite busca de investidor privado para evitar dependência do Tesouro

» HAMILTON FERRARI  
ESPECIAL PARA O CORREIO

Os balanços das estatais mostram que a situação das empresas ainda é ruim. Segundo especialistas, os resultados negativos são consequência da falta de governança, inchaço por nomeações políticas e herança maldita das medidas equivocadas do passado. Por isso, além do projeto de privatização da Eletrobras, que está sendo discutido na Câmara dos Deputados, o governo federal estuda anunciar a desestatização da Infraero para evitar mais perdas financeiras.

A venda da empresa poderia render até R\$ 15 bilhões, segundo informações preliminares, divulgadas pelo jornal O Globo. Administradora de 54 aeroportos, a Infraero apresentou prejuízo de R\$ 1,8 bilhão em 2017, mais do que o dobro dos R\$ 751,6 milhões das perdas de 2016. O resultado ocorreu mesmo com a privatização dos terminais de Florianópolis, Fortaleza, Porto Alegre e Salvador, e a injeção de R\$ 3 bilhões do Tesouro Nacional na estatal. Sem o aporte, o rombo seria

de R\$ 3,9 bilhões.

O Grupo Maciel, responsável pela auditoria externa da Infraero, destacou, no balanço de 2017, que não se pode confiar nos números apresentados pela estatal. “A empresa não apresentou controles internos suficientes para garantir que as informações contábeis estão registradas de forma apropriada”, informou no relatório. Ou seja, a situação orçamentária da Infraero pode ser ainda pior do que o que foi apresentado.

Em nota, a Infraero informou que não “existe” a ideia de privatizar a empresa. “O que vem sendo tratado com o governo é busca de um investidor privado, de forma a garantir que a empresa não dependa do Orçamento da União”, comunicou.

### Resultados

Além da Infraero, Eletrobras, Telebras e Petrobras tiveram prejuízos nos balanços de 2017. A estatal de energia, por exemplo, apresentou piora nas contas em relação ao ano anterior, saindo de uma perda de R\$ 1,7 bilhão para um déficit de R\$ 3,5 bilhões no período. Já a Petrobras apresentou melhora, apesar de não ter conseguido evitar o prejuízo. Antes tinha um rombo de R\$ 14,8 bilhões, que virou de R\$ 446 milhões no mesmo período.

O economista-chefe do Modal Mais, Álvaro Bandeira, disse que, em ambos os casos, houve uma “herança maldita” de políticas erradas e ações que iam contra o desenvolvimento das empresas. “No caso da Petrobras, por exemplo, a empresa foi destruída e superendividada. O quadro vem melhorando muito, reduziu a força de trabalho terceirizado, obteve alavancagem financeira, fez leilões de bacias”, destacou. “Mas há outros casos de estatais em que há falta de governança e controle efetivo”, completou.

A Telebras teve prejuízo de R\$ 1,1 bilhão, aumentando o rombo em 43% em comparação a 2016, mesmo depois de uma injeção de R\$ 1,3 bilhão do Tesouro Nacional na estatal. “Acredito que há ainda ineficiência e má gestão nas demais estatais, o que gerou o inchaço de algumas e a dificuldade de reduzir o número de pessoal. Eu sou absolutamente a favor de o estado diminuir o tamanho e se concentrar nas atividades que não são rentáveis. “Há um grande problema que se estende para várias estatais, que é a nomeação de caráter político, em detrimento do conhecimento técnico”, disse Carlos Eduardo de Freitas, ex-diretor do Banco Central. Ele apontou que a privatização das empresas pode prosperar. “A Embraer é um exemplo de empresa que foi privatizada e virou um sucesso, que agora a





Boeing quer comprar. A decolagem da companhia é uma amostra de que a tendência é reduzir drasticamente o número de empresas públicas”, disse Freitas.

### **Justificativas**

Em nota, a Eletrobras informou que o prejuízo foi influenciado pelas provisões operacionais de R\$ 4,64 bilhões relativas a empréstimos compulsórios e pelo prejuízo do segmento de distribuição, de R\$ 4,17 bilhões. “A Eletrobras vem colocando em prática ações que considera essenciais para o fortalecimento da companhia, o que permitiu que seu valor de mercado passasse de R\$ 9 bilhões para cerca de R\$ 30 bilhões”, informou. A Telebras comunicou que houve diminuição do prejuízo em 2017 e aumento de 30,8% na Receita Operacional Líquida. A Petrobras apontou que teria alcançado um lucro líquido de R\$ 7,089 bilhões se não houvesse o impacto significativo das despesas extraordinárias, como o acordo de R\$ 11,198 bilhões com investidores nos Estados Unidos (class action).